

Dívida: credores já aceitam bônus

Externa
BRASÍLIA — Os bancos comerciais credores do Brasil aceitaram converter uma parte dos juros atrasados em bônus de curto prazo, com cinco anos de resgate e encargos pagos semestralmente. Entretanto, exigem o pagamento à vista, até o fim do ano, de US\$ 2,5 bilhões.

A Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e seus principais assessores analisaram ontem de manhã a proposta dos bancos e elaboraram a resposta brasileira. Segundo a Ministra, o Brasil só fará um pagamento parcial dos juros atrasados (no total de US\$ 8 bilhões) neste ano, se o montante não prejudicar o nível de suas reservas nem pressionar o orçamento do setor público e se os credores privados se comprometerem a reescalonar a longo prazo toda a dívida. A contraproposta brasileira aos bancos — que ainda será submetida ao Presidente Collor, quando voltar do Japão — não dá tratamento isolado ao pagamento dos juros em atraso, como querem os credores.

A solução para os atrasados, que não seria subtraída da capacidade de pagamento global, foi colocada pelos credores como pré-condição para continuar as negociações mas não será acatada, nestes termos, pelo Brasil. Um ponto está decidido: nenhum desembolso será feito com base em promessas, mas em compromissos firmados, para evitar o que ocorreu com o ex-Ministro Bresser Pereira, que fez o pagamento simbólico sem avanços na negociação.

Os dados do Banco Central indicam que o Brasil pode pagar em torno de US\$ 1,5 bilhão a US\$ 2 bilhões em compromissos, ainda neste ano, sem prejuízo para o nível mínimo desejável de reservas, que deve corresponder a quatro meses do valor

Foto de Mino Pedrosa



Eris e Zélia: a questão dos juros não terá tratamento isolado na negociação

das importações (entre US\$ 6 bilhões e US\$ 8 bilhões).

— Não é uma simples questão de quanto se pode pagar. Queremos uma solução definitiva, respeitados dois pressupostos: a capacidade de pagamento do País e a definição dos demais parâmetros da proposta global — disse Zélia, acrescentando que não está afastada a possibilidade do parcelamento do pagamento dos juros, ainda este ano.

O Embaixador para Assuntos da Dívida, Jório Dauster, que esteve com os credores na semana passada e voltará a negociar após o aval do Presidente Collor, provavelmente na próxima semana, considerou a proposta dos bancos um avanço, já que admite o instrumento dos bônus. Ele descartou, porém, o desembolso dos US\$ 2,5 bilhões pedidos pelos bancos,

ressalvando que essa é apenas uma primeira proposta. Zélia ressaltou que o fato de os bancos terem aceito uma discussão que envolve, de certa forma, o conceito de capacidade de pagamento, é um grande avanço.

Segundo um dos membros da missão negociadora, se os bancos quiserem maior desembolso relativo aos juros em atraso, sobrarão menos para honrar os demais compromissos. Isso tem que ficar bem claro. A equipe econômica analisa atrativos para dar andamento às negociações, como juros flutuantes para os bônus relativos aos atrasados (para o estoque da dívida, os juros são fixos e totalmente capitalizados) e até prazos de resgate menores, mas sempre deixando explícito que os desembolsos saem de um bolo só: a capacidade de pagamento global.